

## **ATA DO 85º ENCONTRO DO COLÉGIO PERMANENTE DE CORREGEDORES-GERAIS DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DO BRASIL – ENCOGE – 3º VIRTUAL**

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um, às 8h35min, por meio da plataforma Zoom e transmissão pelo YouTube, deu-se início ao 85º (octogésimo quinto) Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil – ENCOGE, 3º Virtual, com o tema "COOPERAÇÃO JUDICIAL E ADMINISTRATIVA ENTRE OS ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO". Iniciando o Encontro com a exibição do vídeo institucional Maranhão Terra de Encantos, uma produção do Governo do Estado do Maranhão. Para abertura do 85º ENCOGE - 3º Virtual, o Desembargador Paulo Sérgio Velten Pereira, Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Maranhão e Presidente do Colégio Permanente de Corregedores Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil (CCOGE), solidarizou-se com os mais de 300 (trezentos) mil mortos pela Covid-19 no Brasil e declarou aberto o 85º (octogésimo quinto) Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil – ENCOGE, 3º Virtual. Logo em seguida foram outorgados com a "Medalha de Honra ao Mérito o Desembargador Décio Antônio Erpen", o Ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, e o Ministro do Superior Tribunal de Justiça Mauro Campbell Marques, os quais precisaram ausentar-se após a palestra magna. Na sequência, com a palavra o Ministro Alexandre de Moraes, que proferiu palestra magna com o Tema "COOPERAÇÃO JUDICIAL NA ATUALIDADE", em que iniciou agradecendo pela outorga da medalha, cumprimentou a todos, solidarizou-se com a família e os amigos dos mais de 300 (trezentos) mil mortos pela Covid-19 destacando a gravidade da doença para todos os atingidos e o papel do Poder Judiciário que vem cumprindo seu dever e contribuindo para reduzir o impacto da pandemia, destacou a modernização do Poder Judiciário e o avanço com a mentalidade do Judiciário a partir do momento de crise pandêmica. Nesse sentido destacou a possibilidade de reestruturação e regionalização da Justiça utilizando o atual quadro da Magistratura existente, aproveitando da redução do trabalho advindo dos Acordos de Não

Persecução Penal e mecanismos da Lei Anticrime, destacou ainda que essas mudanças devem ser realizadas de modo reformista e não revolucionário. Finalizando com a ênfase que deve ser dada à cooperação e ao compartilhamento de experiências e projetos entre as Corregedorias e Tribunais. Com a palavra o Presidente Paulo Velten, iniciou agradecendo ao Ministro Alexandre de Moraes pela sua atuação na defesa do Judiciário e ao Ministro Mauro Campbell pela presença no evento; agradeceu ainda a presença de todos e todas os/as participantes. Na sequência agradeceu também aos médicos e profissionais da saúde que vêm atuando no combate à pandemia em que se encontra o Brasil. Destacou que no atual momento histórico de crise a saída se encontra em um trabalho coordenado, respeito mútuo e cooperação, a partir da riqueza e diversidade brasileira que, em cooperação, podem fortalecer as instituições democráticas. Destacou a necessidade de troca de experiências entre os órgãos do Poder Judiciário e do pragmatismo na resolução de problemas. Ressaltando a criação e a importância do ENCOGE no momento de crise em que estamos inseridos, para buscar o “ponto de virada” e, citando Winston Churchill na frase “nunca desperdice um boa crise”, conclamou a todos para aproveitar o momento atual para fortalecer o Judiciário. Logo em seguida, foi dada a palavra à Ministra Corregedora Nacional de Justiça, Maria Thereza de Assis Moura, que destacou a importância do ENCOGE como oportunidade de qualificação da prestação jurisdicional e confiança dos cidadãos no Poder Judiciário, conclamando os esforços de todos para que a base nacional do sistema de registro civil esteja atualizada, e de forma humanitária contribua para que os benefícios do auxílio emergencial se efetivem sem prejuízos à sociedade. Destacou ainda a questão das dificuldades na produção judicial, essencialmente em relação à Diretriz Estratégica 1 do CNJ, com o papel nas Corregedorias em grupos de trabalho para auxiliar as unidades com maior dificuldade em debelar o acervo processual. Finalizando com a certeza de que todos os presentes estão dedicados à aplicação prática do tema da cooperação, tratado no 85° ENCOGE. Na sequência foram apresentados os nomes dos agraciados com a "Medalha de Honra ao Mérito Desembargador Décio Antônio Erpen", a saber: Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, Desembargador Lourival Serejo; Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Luiz Fux; Ministro do Superior Tribunal de Justiça, João Otávio de Noronha; Secretário-Geral do Conselho Nacional de Justiça, Valter Shuenquener; Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Paulo Dias de Moura

Ribeiro; Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Desembargador Gilson Soares Lemes; Corregedor-Geral da Justiça do Rio de Janeiro, Desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo; Corregedora-Geral da Justiça do Pará, Desembargadora Rosileide Maria da Costa Cunha; Corregedor-Geral da Justiça de Goiás, Desembargador Nicomedes Domingos Borges; Corregedor-Geral da Justiça de Mato Grosso, Desembargador José Zuquim Nogueira; Corregedor-Geral da Justiça do Ceará, Desembargador Paulo Airton Albuquerque Filho; Corregedor-Geral da Justiça da Paraíba, Desembargador Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho; Corregedor-Geral da Justiça do Piauí, Desembargador Fernando Lopes e Silva Neto; Corregedor-Geral da Justiça do Rio Grande do Norte, Desembargador Dilermando Mota; Corregedor-Geral da Justiça de Alagoas, Desembargador Fábio José Bittencourt; Corregedor-Geral da Justiça de Sergipe, Desembargador Diógenes Barreto; Corregedor-Geral da Justiça do Paraná, Desembargador Luiz Cezar Nicolau; Corregedor-Geral da Justiça do Paraná, representando o Foro Extrajudicial, Desembargador Espedito Reis do Amaral; Corregedor-Geral da Justiça do Acre, Desembargador Elcio Sabo Mendes Júnior; Corregedor-Geral da Justiça do Mato Grosso do Sul, Desembargador Luiz Tadeu Barbosa Silva; Corregedor-Geral da Justiça do Amapá, Desembargador Agostino Silvério Junior; Corregedora-Geral da Justiça de Roraima, Desembargadora Tânia Maria Brandão Vasconcelos; Corregedor-Geral da Justiça de Tocantins, Desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe. Posteriormente, foi dada a palavra ao Ministro do Superior Tribunal de Justiça, João Otávio de Noronha, que falou em nome dos homenageados, iniciou sua fala agradecendo a outorga e refletindo sobre o papel do Judiciário no atual quadro de pandemia que atinge o Brasil, com a judicialização da saúde e das normas sociais, devendo este garantir a segurança jurídica e efetividade; as Corregedorias como papel interlocutor entre os Tribunais e os Juízes, ponderando sobre o desenvolvimento de um novo modelo de justiça; finalizando com a manifestação de sinceros agradecimentos em nome de todos os agraciados. Finalizadas as homenagens, foi iniciado o segundo painel: "A ATIVIDADE DOS JUÍZES, COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA E A PRIMEIRA INSTÂNCIA NO PÓS-PANDEMIA" apresentado pelo Desembargador Federal e Jurista, Vladimir Passos de Freitas, e com moderação do Presidente do Colégio de Corregedores, Desembargador Paulo Velten. O Desembargador Federal iniciou sua fala situando a atividade dos juízes relacionados aos

impactos da pandemia, passando pela atuação em relação aos Direitos Fundamentais dentro das medidas tomadas, pela modificação do ethos do Judiciário. Tratou das liturgias do Judiciário, aumento do uso de tecnologia e alteração do atendimento às partes e advogados. Passou a tratar da cooperação judicial, com a exigência atual de relação com os outros órgãos internos e externos ao Judiciário, defendeu a criação dos Juízes de Cooperação Internacional e Nacional. Abordou ainda o conceito de Juízes Milleniums com suas peculiaridades e dificuldades em tempos virtuais, com os juízes solitários ou intimidados com o crime organizado e o abuso de autoridade. Defendeu a criação do centros de inteligência para tratamento de ações de massa. Finalizou com um destaque para a ansiedade e sofrimento dos juízes, citando ensinamentos de Augusto Cury acerca do tema. O Presidente Paulo Velten, fazendo a mediação, agradeceu as palavras, comentou os temas tratados e franqueou a palavra aos participantes, pelo que se manifestaram os seguintes participantes: Desembargador Agostinho Gomes de Azevedo; Desembargador Ricardo Anafe; Juiz de Direito Elio Braz Mendes do TJPE, através do chat, o Juiz Eduardo Fontenele do TJCE; Desembargador Ricardo Cardozo do TJRJ; Desembargadora Etelvina Felipe do TJTO; Desembargador Osvaldo de Almeida Bonfim do TJBA; Desembargadora Rosileide Maria da Costa Cunha do TJPA; Desembargador Zuquim Nogueira do TJMT; Juiz Raimundo Nonato Ferreira do TJMA. O Desembargador Vladimir Passos, em resposta às participações, tratou da forma que a cooperação pode ser executada através da colaboração dos juízes de primeiro grau, do compartilhamento de competência entre Corregedorias e Presidências dos Tribunais quanto ao tratamento de demandas assistenciais aos juízes nesse momento de crise, da flexibilização da exigência de morar na comarca, do atendimento aos advogados e os efeitos adversos da recusa, e da aplicação do princípio da eficiência. Na sequência, foram iniciadas as oficinas temáticas que se desenvolveram de forma paralela, sendo que as discussões desenvolvidas em cada oficina foram transformadas em sugestões de diretrizes e encaminhadas aos Corregedores para deliberação, os temas debatidos foram: “Plataforma digital e inteligência artificial (PJe, Mandamus, juízo de cooperação no cumprimento das cartas, virtualização processual, etc.), tendo como expositor o Juiz Breno Jorge (TJRR) e mediador o Juiz Gladiston Cutrim (TJMA); “Juízo de garantias e audiências de custódia por videoconferência”, tendo como expositor o Juiz Felipe Esmanhoto Mateo (TJSP) e mediadora a Juíza Flávia Castellar



Olivério (TJSP); “Agilidade e segurança nos processos de adoção”, tendo como expositor o Juiz Elio Braz Mendes (TJPE) e mediadora a Juíza Mônica Gonzaga Arnoni (TJSP); “Juízo 100% Digital - mais serviços, menos prédios”, tendo como expositores os Juízes Raquel Barofaldi (TJPE) e João Thiago de França Guerra (TJMT) e mediador o Desembargador Silvio N. Batista Filho (TJPE); “Gestão com vistas à redução do acervo das unidades fazendárias), tendo como expositores os Juízes Eduardo Reis (TJMG) e Alexandre Guerra (TJSP) e mediador o Juiz Adriano Zocche (TJMG); “Atuação em conformidade com a LGPD no âmbito judicial e extrajudicial”, tendo como expositores os Juízes Glauco Costa Leite (TJSP) e Marcelo Tossi (TJSP) e mediadora a Desembargadora Denise Francoski (TJSC); “Interinidade nas serventias extrajudiciais”, tendo como expositora a Juíza Letícia Benitez (TJSP) e mediadora a Juíza Sara Gama (TJMA); “Plantão judicial e cumprimento das medidas protetivas de urgência da Lei Maria da Penha”, tendo como expositoras as Juízas Vanessa Gastal de Magalhães (TJRS), Gioconda Pitt (TJRS) e Taís Culau de Barros (TJRS) e mediador o Juiz André Vorraber Costa (TJRS); “Projetos da Agenda 2030 (ferramenta de acompanhamento)”, tendo como expositores os Juízes Carla Patrícia Boschetti Marcon (TJRS) e Max Aquira Senda de Britto (TJRS) e mediadora a Juíza Cristiane Hoppe (TJRS); e “Atendimento ao público durante a pandemia”, tendo como expositor o Juiz Josué Lima (TJCE) e mediador o Juiz José Nilo Ribeiro Filho (TJMA). Dado o intervalo para almoço, foram retomados os trabalhos às 14h, oportunidade em que o Presidente Paulo Velten coordenou a discussão dos Corregedores. Na ocasião, os Desembargadores discutiram a importância do Termo de Ajustamento de Conduta voltado a conferir às Corregedorias meios de aplicar, diretamente, medidas disciplinares de caráter leve, bem como acerca da relevância do Plano de Ajustamento de Gestão vocacionado a garantir apoio institucional às unidades jurisdicionais no alcance das metas de eficiência. Trataram ainda do tema da aplicabilidade do teto constitucional à remuneração de interinos designados para o exercício de função notarial e registral de serventias extrajudiciais, especialmente no contexto de possível modulação interpretativa do tema nº 779 do Supremo Tribunal Federal que pode vir a eximir estes prepostos que foram remunerados acima do limite constitucional de retornarem rendimentos percebidos de boa-fé. Ato contínuo, os membros do Colégio ainda discutiram acerca da necessidade de regulamentação do sistema de trabalho remoto de magistrados após

a pandemia, especialmente considerando a necessidade de seu contato com a localidade em que desempenha a judicatura. Em seguida, foi debatido o tema da regionalização dos serviços prestados pela justiça estadual, pelo que, posteriormente, foi destacada a importância de alternativas de fomento da política de desjudicialização, considerando-se importante flexibilizar a regulamentação das ações de mediação no âmbito das serventias extrajudiciais. Por fim, foi ainda considerado relevante a designação de um segundo tesoureiro para gestão da comissão executiva do CCOGE. Na reabertura da transmissão foi exibido mais um vídeo do projeto Maranhão Terra de Encantos, uma produção do Governo do Estado do Maranhão. Ato contínuo, foi dada a palavra ao Governador do Estado do Maranhão Flávio Dino, que apresentou a conferência de encerramento com o tema: “Federalismo e Cooperação”. Na sequência o Presidente Paulo Velten fez a entrega virtual da "Medalha de Honra ao Mérito Desembargador Décio Antônio Erpen", honraria concedida em Grau de Alta Distinção ao governador Flávio Dino. Passou o CCOGE então a deliberar acerca da eleição do segundo tesoureiro que se deu por aclamação, sendo eleito o Corregedor-Geral da Justiça da Paraíba, Desembargador Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho. Após, a primeira secretária do CCOGE, Corregedora-Geral da Justiça do Amazonas, Desembargadora Nélia Caminha Jorge, leu a CARTA DO 3° ENCOGE VIRTUAL, que foi aprovada à unanimidade. Iniciando o processo de encerramento do encontro, o Presidente Paulo Velten agradeceu a participação de todos e todas que ajudaram na realização do 85° ENCOGE - 3° Virtual. Vários Corregedores fizeram uso da palavra para congratular a realização do evento. Por fim foi declarado encerrado o 85° Encontro dos Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil - ENCOGE, 3° Virtual, e, nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, por Carlos Anderson Ferreira \_\_\_\_\_ Diretor da Secretaria da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Maranhão.

**Des. Paulo Sérgio Velten Pereira**  
**Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Maranhão e Presidente do Colégio**  
**Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil**